

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GOIANINHA

Inquérito Civil nº 06.2012.000003239-3

Recomendação Nº 0007/2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por sua Promotora de Justiça Substituta infra-assinada, atualmente em exercício na Promotoria de Justiça da Comarca de Goianinha, no uso de suas atribuições legais e institucionais, conferidas pelo art. 129, II e III, da Constituição Federal, pelo art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/93 e no pelo art. 69, parágrafo único, “d”, da Lei Complementar Estadual n.º 141/96, e ainda CONSIDERANDO que o Ministério Público é instrumento de execução da “Política Nacional das Relações de Consumo”, tendo legitimidade para a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores em Juízo, nos termos dos arts. 5º, inc. II, 81 e 82, da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); CONSIDERANDO que é Direito Básico do Consumidor a “efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos”, consoante determinação inserta no artigo 6º, inciso VI, da Lei Federal nº 8.078/90;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 69, parágrafo único, alínea “d”, da Lei Complementar Estadual nº 141/96, expedir Recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO que foi instaurado nesta Promotoria de Justiça o inquérito civil nº 06.2012.00003239-3, o qual fiscaliza, dentre outros pontos, a devolução aos candidatos das taxas recolhidas por ocasião da inscrição no concurso público da Prefeitura Municipal, que foi lançado e anulado no ano de 2012, em atendimento à Recomendação ministerial de nº 012/2012;

CONSIDERANDO que, após a citada anulação, foi expedido decreto municipal, regulamentando a forma e os prazos para devolução dos valores de inscrição aos candidatos;

CONSIDERANDO que a Administração Municipal informou que dos 3.743 inscritos, apenas foi possível devolver as taxas de inscrição a 2.259 pessoas, restando mais de 1.000, portanto, que ainda não receberam os valores a que fazem jus;

CONSIDERANDO que, segundo o então gestor, os valores ainda não devolvidos se encontravam depositados na conta identificada como PMG-CONCURSO DEVOLUÇÃO- Agência BB- 1066-9, rubrica 27729-0, totalizando, até dezembro de 2012, cerca de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais);

CONSIDERANDO que a Prefeitura de Goianinha remeteu ao Ministério Público tabelas contendo os nomes dos candidatos que ainda não tiveram restituídas as taxas de inscrição por eles pagas, informando ao lado de seus nomes o motivo da não devolução (em geral, inconsistências relativas aos dados bancários desses candidatos);

CONSIDERANDO que alguns dos candidatos inscritos no concurso passado (anulado) continuam comparecendo à Promotoria de Justiça para reclamar da não devolução, até hoje, de suas taxas de inscrição, o que pode ser motivado, em várias situações, pelo desconhecimento das aludidas inconsistências em seus dados bancários (“conta errada”, “conta privativa”, agência migrou”, etc);

CONSIDERANDO a necessidade de restituição das aludidas quantias aos inscritos no concurso anterior (anulado), sob pena de causar dano patrimonial a esses candidatos e, simultaneamente, propiciar o enriquecimento ilícito de terceiros, mormente porque já transcorreu mais de 1 (um) ano desde a anulação do referido concurso;

CONSIDERANDO, finalmente, que boa parte dos candidatos ainda não requereram a devolução de suas taxas de inscrição por equívoco, imaginando que o valores por eles pagos por ocasião da inscrição no concurso anterior serão reaproveitados para a inscrição no concurso atual.

RESOLVE RECOMENDAR:

Ao Ilmo. Prefeito Municipal de Goianinha, Sr. Geraldo Rocha e Silva Júnior:

I- Que divulgue, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento desta, através dos meios de comunicação (site oficial da Prefeitura de Goianinha e site da FUNVAPI- Fundação Vale do Piauí, pelo menos) lista contendo os nomes dos candidatos inscritos no concurso de 2012 da Prefeitura (anulado) que já fizeram requerimento de devolução, porém ainda não tiveram restituídos os valores pagos na sua inscrição devido a pendências, indicando, ao lado de seus respectivos nomes, a causa da não devolução (exemplo: João da Silva / pendência: conta inexistente), convocando-os para regularizarem sua situação junto à Prefeitura, de modo que, sanadas as inconsistências, possam finalmente ser ressarcidos;

II- Dentro do mesmo prazo, também convoque, de forma genérica, todos os candidatos inscritos no concurso passado (anulado) que, por algum motivo, ainda não protocolaram requerimento de devolução de suas taxas de inscrição, divulgando, inclusive, nota explicativa no sentido de que os valores recolhidos a título de inscrição no concurso anterior, não serão reaproveitados para a inscrição no concurso atual, devendo os mesmos serem objeto de requerimento para devolução aos interessados.

III- Que os avisos acima permaneçam visíveis (nos aludidos sites) por, pelo menos, 30 (trinta) dias, a fim de assegurar a necessária publicidade;

IV- Que comprove, junto a esta Promotoria, o cumprimento desta Recomendação, anexando aos autos cópia da documentação, dentro do prazo de 15 (quinze) dias;

O não atendimento à presente Recomendação acarretará a tomada de todas as medidas legais necessárias à sua implementação.

Publique-se.

Goianinha/RN, 29 de julho de 2013

Danielli Christine de Oliveira Gomes Pereira

Promotora de Justiça Substituta